



**ESTADO DE PERNAMBUCO
POLÍCIA MILITAR**

**PROJETO ESTRATÉGICO
DE
SEGURANÇA PARA PERNAMBUCO**

Autor : Ten Cel PMPE - Ricardo
Aureliano de Barros Correia

**MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA
PÚBLICA
PROPOSTAS e SOLUÇÕES**

Recife, 1999



**ESTADO DE PERNAMBUCO
POLÍCIA MILITAR**

**PROJETO ESTRATÉGICO
DE
SEGURANÇA PARA PERNAMBUCO**

**MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA
PÚBLICA
PROPOSTAS e SOLUÇÕES**

Trabalho apresentado à Polícia Militar pleiteando seu enquadramento como - trabalho técnico científico de interesse policial militar, de acordo com a Portaria CG nº 535/87 PM-1

Autor : Ten Cel PMPE - Ricardo Aureliano de Barros Correia

Recife, 1999

"É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se à derrota, do que formar fila com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, pois vivem nessa penumbra cinzenta, dos que não conhecem vitória e nem derrota."

ROOSEVELT

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

APRESENTAÇÃO - 6

1. Justificativa - 8
2. Finalidade - 16
3. Objetivo - 16
4. Beneficiários direta e indiretamente - 16
5. Responsáveis pela execução do Projeto - 16
6. Compreendendo o caos da Segurança Pública em Pernambuco - 17
7. Iniciativas que deram certo - 21
 - 7.1 . Exemplo de Prefeituras - 21
 - 7.2 CFAP - PMPE promove curso em parceria com prefeituras - 25
8. Proposta para municipalização das ações de Segurança Pública - 28
 - 8.1. Enunciado da proposta - 28
 - 8.2. Atribuições de cada um - 31
 - 8.3. Cronograma de implantação - 32
 - 8.4. Estrutura organizativa e de gestão do projeto - 32
 - 8.5. Estimativa de custos - 33
 - 8.6. Indicadores de avaliação do Projeto - 36
9. Aspectos conclusivos - 38

BIBLIOGRAFIA - 39

ANEXOS

LISTA DE FIGURAS

- 01 - Reportagem da revista TIME - 10
- 02 - Pânico e correria, insegurança em Recife (Julho 97) - 19
- 03 - Recife cidade violenta - 20
- 04 - Policiamento ostensivo no Recife Antigo, convênio PMPE x PCR - 21
- 05 - Comandante da GMR é Oficial da PMPE - 21
- 06 - Viatura RONDA - Guarda Civil Metropolitana de São Paulo - 23
- 07 - Guarda Recife em aula no CFAP - 27
- 08 - Prefeito Ives Ribeiro em solenidade de conclusão - 27
- 09 - Em aula de armamento e tiro no CFAP - 27
- 10 - Oficiais PM do CFAP comemoram parceria - 27
- 11 - Aula de primeiros socorros com manequim RESSUSCIENE - 27
- 12 - Alunos em aula de defesa pessoal - 27
- 13 - Pirâmide do campo de atuação de polícia x guardas - 31

APRESENTAÇÃO

O texto ora apresentado, é fruto de pesquisa bibliográfica e pesquisa participante, onde o autor, inserido na realidade social, pôde experienciar como instrutor de formação policial militar, situações pedagógicas no treinamento de Guardas

Municipais, em situações conveniadas com as prefeituras de Recife, Itamaracá e Igarassu, nos anos de 1997 e 1998.

Reflete pois, não somente um saber teórico sistematizado, mas , consubstanciado numa práxis, acredita que a municipalização das ações de segurança pública, possa ser uma das soluções mais exequíveis, político-econômica , que se possa adotar na atualidade para o Estado de Pernambuco, quiçá no Brasil.

Vem encontrar sintonia, em momento propício, quando o Governo do Estado traça seu programa, e tem como objetivo principal, retomar o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis; apontando como vetores, geração de empregos, SEGURANÇA, e melhoria da qualidade de vida do povo pernambucano.

Apesar do enfoque experiencial ter um corte no período citado (1997-1998), o autor traz em seu currículo, mais de quatorze anos de atuação como instrutor na Polícia Militar , tendo acumulado em sua vida experiências que julga importantes para esse momento, quais sejam: chefiou a Divisão de Ensino da Academia de Polícia Militar do Paudalho; Subdiretor de Ensino da Polícia Militar; representante da PM junto ao Conselho Estadual de Entorpecentes; participou da elaboração do Planejamento estratégico de Desenvolvimento Sustentável para Pernambuco - PE 2010 junto ao CONDEPE; orientador de Metodologia Científica no Curso Superior de Polícia e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais junto a Fundação Joaquim Nabuco; aluno fundador da Escola de Governo da FUNDAJ; logrou a primeira colocação no CSP-97 fazendo jus à Medalha Prêmio Tiradentes - Palma Dourada; atualmente é o Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMPE.

Pretende o autor, com sua experiência no assunto, contribuir para a solução de um dos mais graves problemas da atualidade, e pleiteia a possibilidade de pôr em prática num universo maior, desencadeando ações de conscientização e adesão ao presente projeto, se assim for o entendimento dos que neste momento detém a possibilidade decisória e visão de futuro.

Colocado em prática, abrir-se-á um espaço científico, e porque não lembrar, pedagógico, para ampliar a pesquisa participante, com maior profundidade, indo-se além da fase exploratória, podendo sistematizar múltiplas visões interdisciplinares, das percepções dos atores envolvidos no processo. Mais um espaço

de parcerias, desta feita com fundações, universidades, organizações não governamentais, e outras de interesse no assunto.

Para isso, submete que o presente esforço, possa ser examinado, julgado, e se aceito, enquadrado como trabalho profissional, de cunho técnico-científico e de interesse policial militar, de acordo com a Portaria CG nº 535/87 PM-1

1. **.JUSTIFICATIVA**

O Programa de Governo para mudar Pernambuco (1999-2004), em seu bojo, traz um diagnóstico da situação do Estado, da sua economia, do seu atraso no desenvolvimento, em muito devido à falta de mão de obra qualificada para acompanhar um desenvolvimento econômico globalizado onde a competência técnica possa acompanhá-lo num processo competitivo.

Atribui tal diagnóstico à forma como Pernambuco vinha sendo governado, aos efeitos perversos no campo social e aponta que é necessário MUDAR RADICALMENTE A FORMA DE GOVERNAR para uma retomada ao desenvolvimento econômico voltado para o EMPREGO, para a SEGURANÇA e para a MELHORIA DA QUALIDADE DA VIDA DO POVO PERNAMBUCANO. (grifo nosso)

Contempla ainda a filosofia do atual governo, a necessidade de para que essas mudanças ocorram, a forma de conduzir o Estado deve ser através da Gestão Participativa, que contempla parcerias com os municípios e com todos os segmentos sociais, ou seja, é hora de juntar forças com a sociedade civil fortalecida, mobilizando-se para isso todos os agentes sociais.

Merece atenção o fato do item SEGURANÇA aparecer com tanta ênfase em um Programa de Governo, associado de forma inédita à clareza dessa variável na economia do Estado. Se de um lado causa entusiasmo ao setor específico que passa a merecer atenção especial, por outro lado pode ser vista a dimensão do caos em que a questão de segurança chegou nos últimos anos em Pernambuco e é inegável que organismos responsáveis pela segurança pública, quer no nível estadual, quer federal, têm suas parcelas de culpa.

Diagnósticos sobre o sistema da segurança estatal revelam, dentre outros, aspectos tais como :

* Falta de controle da criminalidade;

- * Desarticulação dos setores;
- * Policiais despreparados;
- * Sucateamento da máquina estatal;
- * Falta de políticas públicas para a área de segurança pública;
- * Violência Policial;
- * Corrupções e desvio de função;
- * Má remuneração dos policiais;
- * Falta de maior compromisso do funcionalismo público da área;
- * Ineficiência do Estado em promover a segurança desejada pelo cidadão e sua proteção;
- * Grave e freqüente violação dos Direitos Humanos por parte dos organismos policiais.

Apesar da mudança de rumo da economia nacional em cenário globalizado e de seguir um modelo neoliberal apontando para um estado mínimo, porém fortalecido como regulador das relações, fiscalizador do cumprimento das normas de convivência social, etc...; de um estado que se ausenta do setor privado ao qual esteve atrelado no antigo modelo de desenvolvimento econômico do pós-guerra; e de dizer que sua atenção será para as atividades do Setor Público, entendidas como educação, saúde, SEGURANÇA, dentre outras; é fato notório que a figura do Estado não tem proporcionado, aquilo a que se propôs em níveis aceitáveis nos campos citados.

No caso específico do Estado de Pernambuco, é público seu afastamento do alinhamento à política Federal pelo governo antecedente, o que trouxe sérios prejuízos ao Estado em benefício a Estados vizinhos como o CEARÁ e BAHIA, para onde convergiram incentivos e investimentos, colocando Pernambuco num processo de desaceleração da economia, como pode ser visto no diagnóstico traçado para o Programa de Governo atual com base em dados do IBGE.

A crise de Segurança Pública, agravada com a participação das Polícias Militares nos movimentos "grevistas" de 1997 sob a alegação de questões salariais, colocou em cheque suas tradições seculares baseados na hierarquia e disciplina, e em evidência suas filosofias de proteção do Estado ao invés de proteção do cidadão quando

as ruas ficaram despolicadas, a população em polvorosa, enquanto os prédios e governos eram guarnecidos por tropas federais.

A sociedade passou a questionar o papel das Polícias Militares e a cobrar do Estado a proteção que lhe é devida.

Temas como a desmilitarização das Polícias Militares e unificação das policias passam a compor o cenário de discussões no nível nacional, e a fazer parte de projetos do Governo Federal, através da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

A polícia brasileira passa a ser alvo de atenção como exemplo negativo juntamente com as policias sul-americanas em destaques em edição de 24 de Agosto de 1998, na revista *Time - Edition Latin American* com a manchete "CRIMINAL COPS - Across Latin America, demands are growing for reform of the region's abusive police".

Retrata a Polícia Brasileira, cenas de violência como as da Favela Naval e Diadema-SP, que se repetem em exemplos negativos em todo território nacional.

Paralelo às discussões sobre um novo modelo de Polícia para o Brasil, surge inusitadamente uma corrente municipalista que aponta solução com sua participação na Segurança Pública, através de exemplos já consolidados em diversas

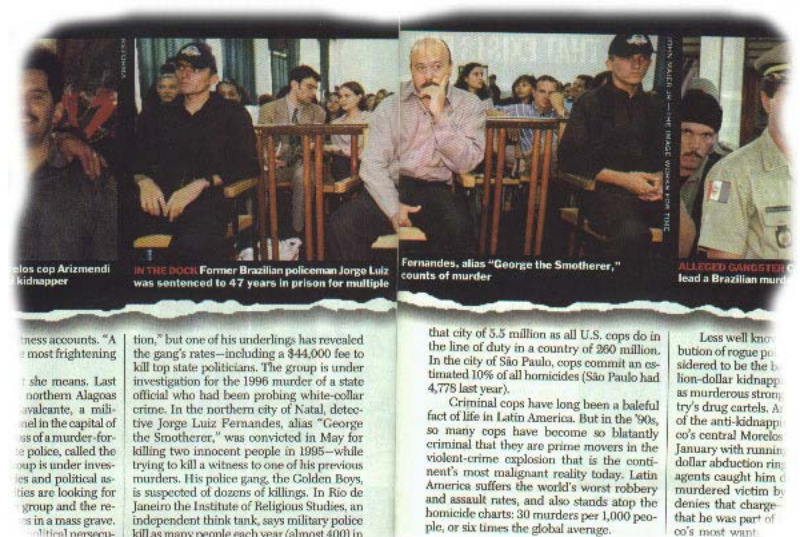
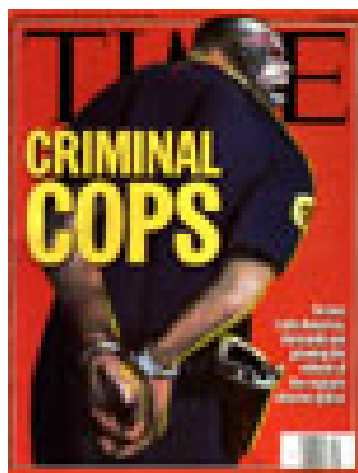


Fig 01 - Reportagem da Revista TIME com as Policias Militares. cidades no país, onde a colaboração

Tais Guardas Municipais ou Guardas Civas Metropolitanas, inspiradas no modelo de Polícia de New York - EUA estão dotadas de equipamentos, armamentos, viaturas e uniformes que se confundem com os utilizados pelas Policias Militares, fato

que estarreceria quaisquer militares na década de 70, ou que lesse o ainda em vigor Decreto - Lei nº 667 de 02 de Julho de 1969.

Movimentos como Viva Rio e São Paulo Sem Medo estimularam diversos Prefeitos, em todo Brasil, a visitarem o modelo americano e sonharem com a possibilidade de sua implantação em seus municípios.

A Rede Globo de Televisão, juntamente com governo de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, trouxeram ao Brasil os policiais norte - americanos responsáveis pelo modelo municipal, para que relatassem como conseguiram transformar uma das cidades mais violentas do mundo, numa cidade que hoje tem o controle do crime.

O grande questionamento sobre controle do crime é bem explicitado em DONNICI, 1990:

"Como conseguir que a criminalidade no Brasil, tanto urbana como rural, fique em níveis razoáveis de tolerância? Com a simples repressão, cada vez mais acentuada? A leitura dos jornais dos últimos vinte anos vem mostrando cada vez mais, que a insegurança tomou conta da população urbana, onde todos se armam e procuram segurança com dispositivos eletrônicos, cães e guardas particulares, na classe social privilegiada."

"Na classe social pobre, sem recursos, especialmente nas favelas, são os chefes de quadrilhas que impõem respeito, pelo preço da distribuição do tóxico ou jogo do bicho. Em ambas as classes, a polícia é a grande ausente, instituição cada vez mais divorciada da população".

Em Pernambuco, o quadro se apresenta conforme relatado em Planos Estratégicos como os do CONDEPE - "Desenvolvimento Sustentável para Pernambuco 2010 e seu desencadeamento para Zona da Mata e Sertão". Tal documento, cita o clima de insegurança com o crime organizado presente no Sertão Pernambucano, marcado pelo elevado tráfico de drogas, plantio de maconha, envolvimento de policiais, pistolagem, roubo a cargas, etc.

Com a mudança do Governo Estadual renovam-se as esperanças de se encontrar uma solução para a questão da segurança pública, seja porque a Filosofia de Governo aponta para uma questão participativa, seja pela determinação e capacidade do

povo pernambucano como um potencial inato já retratado pelo saudoso Gilberto Freire "... é antes de tudo um forte!".

Há de se considerar que as condições econômicas em que se encontra o Estado impedem de se ter "o ideal" em curto prazo, ou de "milagres econômicos" ocorrerem.

Aponta a conjuntura para a necessidade de esforços conjuntos, povo e governo, na busca do bem comum com soluções exequíveis, rumo a uma auto-sustentação, não podendo desprezar formas alternativas de serem encontradas soluções viáveis.

Face ao exposto é que é concebido o presente Projeto Estratégico que prevê a inserção do município em colaboração com o Estado na questão da Segurança Pública, a exemplo como ocorre no Estado de São Paulo, cuja Constituição Estadual já prevê desta forma e em outros estados onde são encontradas formas conveniadas de cooperação mútua.

A partir do texto constitucional § 8º do Art. 144 da Constituição Federal de 1988: "Os Municípios poderão constituir Guardas Municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a Lei"; é que é possível ser concebido um projeto desta natureza na medida em que a matéria está inserida no capítulo que trata "da Segurança Pública" portanto pertinente o assunto para o projeto ora apresentado, desde que haja determinação política de ambas as partes (Estado e Município) unirem suas forças contra a criminalidade.

Se a população reclama a falta de segurança e o Estado responde que não é possível resolver o problema sozinho, quer pelo gasto de folha de pagamento de pessoal, quer em investimento em tecnologia de segurança, de que não é possível descentralizar ações que possam atender até ao nível de quarteirões a segurança pública, é também verdade que iniciativas de convênio ente a Polícia Militar e a Prefeitura da Cidade do Recife para Segurança do Bairro Recife Antigo, tem elevado os padrões de segurança, e são formas alternativas e criativas que podem ser viabilizadas por outros municípios.

Outras experiências intituladas de "Polícia Interativa" ou "Polícia Comunitária" imitativas dos modelos Canadenses ou de New York foram importadas para o Brasil, tendo o Município de Guaçuí- ES sido o pioneiro e colaborou para o

modelo implantado no Município do Cabo -PE, onde os Guardas Municipais atuam conjuntamente com os Policiais Militares, recebem o mesmo treinamento, num projeto inovador naquele município.

Formas convenientes de cooperação mútua entre a Polícia Militar e Prefeituras Municipais para treinamento de Guardas Municipais, hoje são realidades, como iniciativas do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças- CFAP da PMPE, que nos anos de 1997 e 1998, treinou mais de 360 Guardas Municipais de Recife, Igarassu e Itamaracá.

O novo Código Brasileiro de Trânsito de forma inusitada e inovadora atribuiu ao município a responsabilidade pela fiscalização do trânsito, e seus governantes se sentem diante do questionamento de como cumprir e com quem executar. Muitos já encontraram suas soluções atribuindo aos seus Guardas Municipais tais fiscalizações, outros ainda estão a depender do Estado que não detém mais tal atribuição. Ao contrário, pelo aspecto legal, o Estado agora só poderá atuar se conveniado com o município e atendendo solicitação deste. É o Município o grande gestor de seu trânsito, uma área antes de exclusividade do Estado que utilizava sua Polícia Militar para atuação na área.

O próprio campo de atuação das atuais Guardas Municipais já os coloca em contato direto com as questões de Segurança Pública, pois ao "protegerem bens, serviços e instalações" não os fazem na perspectiva de que um prédio agrida outro prédio. Quem o faz é o ser humano, que em atos, fere as regras estabelecidas pela sociedade, agridem os bens públicos, a exemplo das pichações de muros, depredações a telefones públicos, atentados ao pudor em locais como parques municipais, etc.

No dia a dia, há um sem número de infrações sendo cometidas sem que nenhum poder constituído interfira, e o Estado já não as resolve sob a alegação de que com o efetivo reduzido de seu sistema, há coisas mais importantes a serem resolvidas como a macro criminalidade e o crime organizado. Resultado: o cidadão não vê resolvidos seus problemas pequenos nem os grandes em relação à segurança, seja por culpa do Estado ou impossibilidade do Município.

O combate à criminalidade e a violência passa, necessariamente, pela definição de uma política pública nesta área, como também, por medidas que visem a redução da desigualdade entre ricos e pobres, que é considerada uma variável

significativa na explicação do fenômeno da violência e da criminalidade, na maioria dos estudos que vêm se realizando na atualidade. Daí a sintonia desse projeto com dois vetores do Programa de Governo Jarbas, o de redução de desemprego, e uma política pública de segurança voltada para a proteção do cidadão, com ações descentralizadas que contemplam a parceria com os municípios fortalecendo a sociedade civil organizada.

O projeto ora apresentado, se implementado, vem solucionar em curto prazo, questões relativas à Segurança Pública, principalmente no que se denomina micro-criminalidade, pequenas contravenções, bem como na prevenção do crime pela presença fardada de um agente da lei como protetor e amigo do cidadão.

Apresenta-se como uma das respostas aos problemas de Segurança Pública, colocados durante a campanha para as Eleições/98, e se enquadra na filosofia do governo para as mudanças necessárias ao Estado de Pernambuco. Afinal, como esperar resultados diferentes se continuarmos a fazer da mesma forma como sempre foi feito. Este é o desafio! Inovar para mudar, sem perder o controle das ações de mudança e acompanhando todo um processo através de uma gestão participativa.

Complementa a justificativa de que o projeto é financeiramente viável para o Estado, na medida em que, acontecem efeitos que hoje são de sua inteira responsabilidade e na medida em que os custos com pessoal, equipamentos, armamentos, viaturas, etc, passam a ser supridos também pelo município, desafogando o Estado de algumas obrigações.

Efeitos semelhantes foram conseguidos com a municipalização da Saúde e da Educação, que se adequaram a um mundo globalizado sem perder características locais. Fato semelhante ao menos pode ser tentado na segurança pública, antes mesmo de sucumbir a reações corporativistas temerosas de perda de poder, ensimesmadas em seus interesses e em detrimento do bem maior de seus municípios, conseqüentemente, da sociedade pernambucana.

2. FINALIDADE

Apresentar proposta de descentralização das ações de segurança pública até o nível de município, em sintonia com a filosofia do atual governo, em parceria do Estado com o Município e seus agentes sociais, e que possa servir de modelo.

3. OBJETIVO

Reduzir o clima de insegurança pública no Estado a níveis toleráveis, em todo o Estado de Pernambuco

4. BENEFICIÁRIOS DIRETA E INDIRETAMENTE

Diretamente, os munícipes de cada localidade que adotar a implantação do projeto e, indiretamente, toda a população do Estado de Pernambuco, dado ao efeito cascata que empurra a criminalidade para outras localidades, onde a segurança pública não esteja atuando sistematicamente.

5. RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

A responsabilidade de execução do projeto recairá sob a Polícia Militar de Pernambuco, como representante da figura do Estado, que fará convênio com cada Prefeitura que aderir à iniciativa.

6. COMPREENDENDO O CAOS DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PERNAMBUCO

A insegurança pública no Estado decorre tanto da ausência, em governos anteriores, de uma política pública para a área de segurança e justiça, quanto das condições de miséria em que vive a maioria da população pernambucana, dentre outros fatores.

É inegável que esta segurança é o reflexo do aumento da criminalidade e da violência, que vem se registrando em Pernambuco, nos últimos anos.

Em Pernambuco, os órgãos de segurança não conseguem proporcionar a proteção que o cidadão necessita e cobra do governo.

A população se sente insegura, recorre à proteção através das diversas opções de segurança privada que proliferaram no Estado, muitas delas financiadas e estruturadas pelos próprios policiais, enquanto isso o povo cobra do Estado a segurança que lhe é devida.

Áreas inteiras como no sertão, tem sua economia comprometida pela falta de segurança e a atuação do crime organizado que se instalou há vários anos promovendo a pistolagem, o plantio de maconha e sua comercialização.

A falta de políticas agrícolas tem sido um dos maiores alimentadores do plantio de maconha na região. Pesquisas indicam que o lucro com um hectare de maconha equivale a sessenta de banana, e o pequeno produtor se vê compelido a arriscar, muitas vezes forçado pelos próprios bandidos da região, ou de ter sua vida ceifada, quer por tiro quer por seca.

A violência que historicamente marcou a face do Sertão com o autoritarismo dos "coronéis" ou ainda, os bandos de cangaceiros, invadindo vilas, fazendas e povoados, fazendo suas próprias leis, muda de aspecto e entra num processo mais amplo, cujas raízes estão nas desigualdades sociais e na impunidade.

Em relatório datado de 12/08/96 a Corregedoria do Ministério Público de Pernambuco relatava que:

"É público e notório que, em toda a região sertaneja, sobretudo em Serra Talhada, Salgueiro, Floresta, Belém de São Francisco, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó e todo Vale do São Francisco, há verdadeiros grupos ligados ao tráfico de entorpecentes e de armas, alguns inclusive, conectados a comandos do Rio de Janeiro".

A Revista Isto É datada de 26/06/96 já retratava a falta de políticas agrícolas para a região da seguinte forma:

"Um dia de trabalho num roçado de maconha rende R\$ 30,00, quase 15 vezes mais do que se pode ganhar numa lavoura de cebola, por exemplo".

Observa-se que o alto preço pago pelo cultivo desse alucinógeno está fazendo com que agricultores deixem de lado suas plantações para se dedicarem ao cultivo ilegal dessa planta.

O Diário de Pernambuco em sua edição de 10 de Março de 1996 trazia em sua manchete de polícia:

"PE exporta maconha para 11 estados - Relatório da ONU informa que o Nordeste do Brasil tem 25 mil km² com plantações da erva ... O delegado de entorpecentes, Paulo Alberes, afirma que todos os bairros da Região Metropolitana do Recife possuem bocas de fumo".

Exemplos de como a população se sente desprotegida e recorre a segurança privada podem ser lembrados em matéria publicada no Jornal do Comércio de 24 de Julho de 1997, no período da "greve dos policiais militares",:

"GUARDA VOLUNTÁRIA PROTEGE A CIDADE - Brejo da Madre de Deus - Depois de um entendimento entre as autoridades públicas locais, 15 voluntários armados começaram a fazer a proteção da entrada da cidade. 'Não podemos esperar. Já que o Estado não

resolve a sociedade tem que agir de forma consciente e organizada', defendeu o vice-prefeito Miguel Lourenço (PFL)".

Em data anterior (19JUL97) o mesmo jornal estampava o clima de insegurança que a população vivia com a seguinte manchete:

"POPULAÇÃO À MERCÊ DA SUA SORTE - Pânico correria, confusão, assaltos e boatos de saques transformaram, ontem, a rotina do centro do Recife - Boatos de arrastão. Correria generalizada. Medo e tensão por parte da população. Lojas fechadas às 15h. Trombadinhas atuando impunemente pelas ruas centrais do Recife. Este foi o saldo do dia de ontem, após 48 horas de paralisação da Polícia Civil".



Fig 02 - Pânico e correria , insegurança em Recife (Julho 97)

Estudos do Professor Geraldo Pereira da Universidade Federal de Pernambuco, veiculados no Diário de Pernambuco de 26 de Agosto de 1997 revelam que o número de assassinatos no Recife é maior do que em São Paulo:

"ESTADO É O QUARTO MAIS VIOLENTO DO PAÍS - ... No Recife, capital pernambucana, a morte em decorrência da violência só perde para as causadas por doença do aparelho circulatório... Pernambuco é o quarto estado mais violento do país, perdendo apenas para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. O estudo de Pereira mostra que, no Recife, se mata mais que em São Paulo e países como Estados Unidos, Ucrânia e Venezuela".

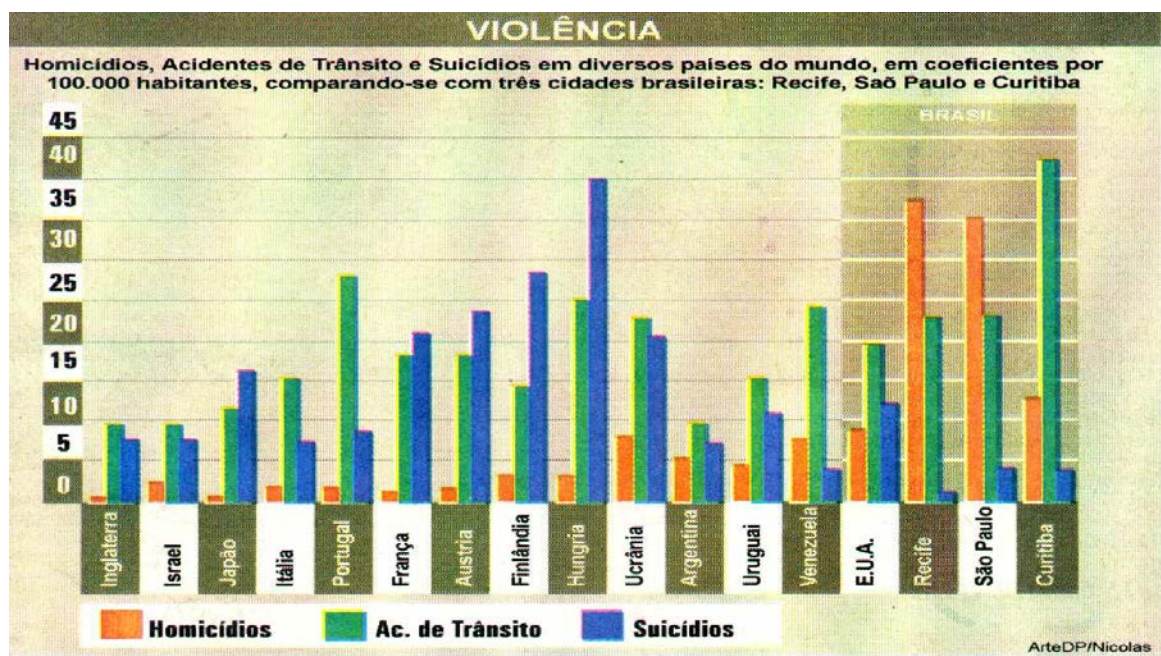


Fig 03 - Recife cidade violenta. Fonte UFPE

7. INICIATIVAS QUE DERAM CERTO

7.1. EXEMPLO DE PREFEITURAS

Apesar do exemplo se repetir em diversas cidades do país, é em Pernambuco que dedicaremos atenção especial, às ações de segurança pública que já começam a surgir, por iniciativa das prefeituras, como é o caso da Prefeitura da Cidade do Recife, da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, da Prefeitura do Município de Itamaracá e da Prefeitura da Cidade do Cabo.

No primeiro caso a situação é conveniada entre a PCR e a Polícia Militar de Pernambuco, para em regime de colaboração com as ações de segurança pública, a Guarda Municipal atuar conjuntamente com a PM no Bairro do Recife Antigo, conforme pode ser visto na figura nº 04. Ambas as partes, têm colhido frutos positivos em resultados de suas atribuições e na melhoria da imagem das instituições, fato elogiado pela imprensa e pelos turistas freqüentadores das noites movimentadas de um bairro revitalizado, onde antes era freqüente a presença de prostituição e marginalidade.



Fig 04 - Policiamento Ostensivo no Recife antigo, convênio PMPE x PCR



Fig 05 - Comandante da GMR é Oficial da PMPE posto à disposição.

A Guarda Municipal do Recife, tem merecido atenção especial da Polícia Militar que colocou à disposição da Prefeitura um Oficial Superior para comandá-la, o qual implementou um dinamismo no treinamento e na estruturação do corpo, merecedor dos maiores elogios de todos, inclusive da satisfação do Prefeito Roberto Magalhães. (vide Fig nº 05)

Em Jaboatão dos Guararapes a situação difere da capital, entretanto a presença de Oficiais da reserva contratados por aquela prefeitura, tem dado dinamismo à estruturação da Empresa Metropolitana de Trânsito e Transporte com um corpo de mais de duzentos agentes de trânsito que atuam na conformidade do novo Código de Trânsito Brasileiro , naquele município. Fardados, porém ainda sem treinamento específico, atuam na fiscalização do trânsito municipal gerando receita para a prefeitura com a aplicação de multas que são encaminhadas ao DETRAN e retornam em forma percentual de participação do município , mediante situação conveniada. Ultimamente a Polícia Militar foi procurada para apresentar proposta de treinamento de pessoal e estão em via de assinar convênio.

Já em Itamaracá, município que é uma ilha, uma situação que é entusiasmadamente defendida pelo Prefeito Joel Monteiro é de que: "minha cidade é fácil de dar segurança, pois tem uma só entrada e uma só saída: a ponte!". Inspirado na Polícia de Nova York, treinou sua Guarda Municipal na mesma escola que forma os soldados da Polícia Militar de Pernambuco (CFAP), e fez questão de não usarem armas, mas de direcionar a formação para atuação no trânsito. O fato é festejado através de convênio com o DETRAN conforme noticiado no Diário de Pernambuco de 27 de Dezembro de 1998. (vide anexo).

Por fim, o exemplo do município do Cabo de Santo Agostinho. Diferentemente dos demais, o município tem um projeto audacioso de integração das polícias civil e militar com a sua Guarda Municipal, através da polícia interativa, inspirada no município de Guaçuí-ES. Houve investimento em treinamento e infraestrutura de um modelo que vem sendo testado no país inteiro. Cópia do modelo americano de Nova York, tem até software de controle da criminalidade sistematizando as ações desenvolvidas conjuntamente, conforme pode ser visto na reportagem do Jornal do Comércio de 24 de Novembro de 1998 em anexo.

Sob o título "Polícia Interativa reduz violência no Cabo - Atuação conjunta entre as polícias Militar, Civil e Guarda Municipal do Cabo diminuiu a

criminalidade da Vila da Cohab" o Jornal do Comércio destaca a ação conjunta e traz depoimentos dos moradores da Vila da Cohab como o de Marleide Trajano, 44 anos:

"O projeto foi a melhor coisa que podiam fazer. Agora me sinto segura, a vila está bem mais tranqüila. Só espero que a idéia de acabar com o projeto nem passe pela cabeça do novo governo".

Somam-se outros exemplos, como em São Paulo, com a sua Guarda Civil Metropolitana, que conta com mais de 3600 integrantes, criada no governo de Jânio Quadros, com uma perfeita atuação no campo da segurança pública, remontando os tempos antes de 1964, com a saudosa Guarda Civil que foi fundida com a Força Pública e formou a Polícia Militar do Estado de São Paulo.



Fig 06 - Viatura da RONDA - Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, com características idênticas às da Polícia Militar.

Em Campinas - SP, o então Prefeito Chico Amaral parte para uma luta pela municipalização da segurança pública. Citada pelo Jornal Americano The New York Times como a cidade modelo no final da década de 70, dada a qualidade de vida de seus habitantes, hoje a criminalidade aumentou e fez com que o prefeito promovesse um seminário pela municipalização da segurança pública, que contou com a presença do então ministro da justiça Nelson Jobim. O prefeito investiu na Guarda Municipal como pode ser visto na reportagem da revista ISTO É , DE 26 DE Fevereiro de 1997 em anexo.

Para não alongarmos em mais exemplos, poderíamos citar as estruturas de municípios onde suas Guardas Municipais estão atuando na segurança pública (Santos - policiamento em praia; Pará - parques; Rio de Janeiro - pequenos delitos; Manaus; São Luiz; Natal; João Pessoa; Poços de Caldas; Barra Mansa; Petrópolis; Paulínea; Curitiba; Foz do Iguaçu; Ribeirão Preto, dentre outras...) mas ficaremos com a última visão veiculada através do 9º Congresso Nacional das Guardas Municipais , realizado em Santa Bárbara D'Oeste - SP em 1998. O próprio quadro demonstrativo das ocorrências atendidas pela Guarda Municipal nos dá uma idéia de sua atuação de Janeiro de 1997 a Julho de 1998 onde pode ser visto até atuação em **homicídios - 5 , porte ilegal de arma - 17 , entorpecentes 37** (grifo nosso). (Vide anexo)

É fato, portanto, inquestionável sua existência. A atuação das Guardas Municipais na segurança pública, é hoje em quase todo território nacional, apoiada não somente pela população, mas também por políticos e ministros, inclusive com várias propostas de emendas a Constituição, como o exemplo em anexo, encaminhado ao Exmº Sr Presidente da República em setembro de 1997 (Emenda nº 514/97).

A grande pergunta é: podemos ficar parados enquanto os marginais se organizam e aterrorizam a vida das pessoas ? Podemos nos dar ao luxo de, em nome de um corporativismo, bloquear iniciativas de cidadãos comprometidos com o bem comum? Até quando o mal prevalecerá sobre o bem?

7.2. CFAP - PMPE - PROMOVE CURSO EM PARCERIA COM PREFEITURAS

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, em perfeita sintonia com os tempos de pós-modernidade, adotou o planejamento estratégico e a administração gerencial, como modelo de gestão que assegurasse sua visão de futuro de "Até o ano 2002 tornar-se polo de excelência na formação de recursos humanos na área de segurança pública e privada".

Por esse motivo, estabeleceu em seu plano de comando, a parceria com as prefeituras municipais, na formação e treinamento de suas Guardas, como meta importante a ser cumprida, com retorno de investimento em sua infra-estrutura, vencendo assim a burocracia do Estado, que o vinha impedindo de alcançar suas metas prioritárias de melhoria de suas instalações físicas e de reequipamento, gerando com isso, melhores salas de aula, auditório, alojamentos, sala de defesa pessoal, aclimatação, dentre outras melhorias conseguidas.

O resultado desse trabalho pode ser visto, não somente no físico, mas nas relações que se travam entre os policiais e os guardas municipais. Entusiasmados, os egressos ostentam brevê de conclusão de curso e orgulho de terem sido formados "na mesma escola que forma o policial militar".

O treinamento que em média dura três semanas, abrange disciplinas tais como, relações humanas, legislação específica, direitos humanos, legislação da criança e adolescentes, primeiros socorros, princípios de combate a incêndios, abordagem a pessoas, dinâmica de grupo, noções de trânsito, armamento e tiro (opcional), noções de direito e defesa pessoal.

A qualificação dos instrutores que atuam no curso, atende às exigências do mercado de segurança pública e privada, na medida em que são oficiais da Polícia Militar com curso superior ou, em alguns casos, Sargentos PM dotados de nível superior com Licenciatura Plena na área de ensino. É a mesma qualificação exigida para ser instrutor no CFAP, para formação e aperfeiçoamento de praças da Polícia Militar.

Dentre essas especializações destacamos:

- Curso de Especialização em Trânsito - CESTRAN
- Curso de Atendimento pré-hospitalar - Corpo de Bombeiros
- Bacharelado em Direito
- Psicologia
- Curso de Direitos Humanos pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha
- Curso Dos Direitos da Criança e Adolescente - CDCA
- Orientação Educacional

Alem disso o CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças), possui em suas instalações, moderna sala de Defesa Pessoal com tatame emborrachado idêntico às melhores academias; biblioteca especializada, salas de aula aclimatadas para trinta lugares, auditório com 160 lugares, recursos audiovisuais como TV 33 polegadas, vídeo k-7, retroprojetores, microcomputador, etc.

As instruções práticas de tiro acontecem nos mesmos lugares onde os policiais são treinados, ou seja stand de tiro da CIOE (Companhia Independente de Operações Especiais) e no Clube Atire.

Já estamos envidando esforços no sentido da escola ter o seu próprio stand de tiro, nos moldes da CIOE, apropriado para revolver. São esforços como esse que estamos propondo, que viabilizarão investimentos desse quilate.

Para as instruções de abordagem, os alunos contam com um campo de instrução que simula uma favela de periferia, onde as técnicas têm que ser bem aprendidas, a fim de não causar incidentes e prejudicar inocentes. Há todo um cuidado com a vida do agente da lei. Estatísticas internacionais demonstram que uma das causas de maiores índices de desrespeito aos direitos humanos no Brasil está exatamente na não utilização de técnicas que protejam a vida do agente da lei. Resultado, este se sente ameaçado e parte logo para as últimas conseqüências, num instinto de preservação de sua própria vida, fazendo logo o uso de arma de fogo, quando se utilizasse a técnica evitaria em muitos casos, que vidas fossem ceifadas.



Fig 07 - Guarda Recife em aula no CFAP



Fig 08 - Prefeito Ives Ribeiro em solenidade de conclusão de curso de Guardas Municipais



Fig 09 - Em aula de Armamento e tiro no CFAP



Fig 10 - Oficiais PM do CFAP comemoram parceria com município de Igarassu



Fig 11 - Aula de primeiros socorros com o manequim Resussiane - importado



Fig 12 - Alunos em aula de defesa pessoal

8. PROPOSTA PARA MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

8.1. ENUNCIADO DA PROPOSTA

A proposta ora apresentada, baseia-se na concepção de descentralização das ações, conservando as identidades institucionais e suas missões constitucionais.

Acredita-se que em um momento como o atual, pelo qual passa a sociedade brasileira, em especial a de Pernambuco, há uma necessidade urgente de se devolver a tranqüilidade e um clima de segurança, enquanto dever do Estado ; mas sem esquecer que constitucionalmente "segurança pública é responsabilidade de todos". E ao dizer isso, quis o constituinte, uma participação ativa, sem excludentes.

Se de um lado, o Estado viabiliza a proposta colocando sua infraestrutura, pessoal e recursos materiais à disposição para treinamento de Guardas Municipais, de outro o município passa a inserir-se na questão da segurança pública através de sua Guarda Municipal, em regime de colaboração com a Polícia Militar, em situação conveniada, com atribuições e responsabilidades definidas pelo instrumento legal, adaptado a cada caso particular, verificadas as condições locais e suas possibilidades.

Na verdade é o instrumento legal (convênio) quem define, para cada caso em particular, o quê e como, cada parte interessada se desenvolverá, no campo da segurança pública.

A presente proposta, apresenta alguns parâmetros que podem ser seguidos, como um marco referencial, onde pode ser vista a atribuição de cada parte envolvida.

Quando se define pela inserção de um Oficial da Reserva PM para cada situação conveniada, procura-se com isso atender à necessidade de num primeiro momento, ter-se um modelo padrão a ser seguido, uma forma de controle e garantia de qualidade do Estado, para que numa questão tão séria, não estejamos criando grupos armados, sem o efetivo controle policial de segurança do Estado.

É possível se definir duas sugestões quanto a esse Oficial: a de que ele passa a ser contratado da Prefeitura, ou se houver melhor entendimento, que o Estado o contrate através da Guarda Patrimonial, durante o período de um ano, ficando os anos seguintes a cargo do município. Neste último caso, percebe-se que há uma maior tendência de envolvimento do Oficial com a doutrina do Estado e nas definições da Polícia Militar.

Quanto à seleção de pessoal para contratação pelas prefeituras, também duas versões se antecedem: uma em que o município recruta e seleciona o pessoal mediante perfil já existente na legislação em vigor cujo parâmetro é o mesmo para a segurança privada (vigilantes); outra em que a Polícia Militar através do seu Centro de Recrutamento e Seleção - CRESEP, participa dessa etapa.

A vantagem desta última é o maior controle por parte do Estado, nas situações de criação de Guardas Municipais, nos municípios onde hoje inexistem. Cabe salientar que em todas as situações, tanto a Constituição Federal, quanto à legislação específica em vigor, asseguram a forma de concurso público como a única maneira de ingresso, portanto há de se persistir nessa forma.

Para os municípios que já possuem Guardas Municipais estruturadas, fica opcional a inserção de Oficial da reserva PM, sendo preferencial que o próprio comandante atual seja conduzido no processo a fim de não ter conotação de intervenção; ademais há de se ter em mente que as Guardas Municipais devem ter autogestão e não uma tutela do Estado.

Na forma proposta, o modelo tem duração finita ao período de governo atual (Administração Jarbas) e aos instrumentos legais de convênio, não se passando responsabilidades da forma ora concebida, para outras gestões.

Reafirma-se que o pretendido é juntar forças para o controle do crime e devolver a população o clima de segurança e tranquilidade tão desejado. Não se está criando polícia municipal, isto seria inconstitucional no momento (vide em anexo proposta de emenda constitucional).

Para as guardas já criadas, representa uma inserção; para as que serão criadas, suas missões já são definidas na Constituição Federal; é somente a situação conveniente que a insere na segurança pública em regime de colaboração com a Polícia Militar.

Merece atenção especial a situação de trânsito, pois de acordo com o Novo Código de Trânsito Brasileiro, a fiscalização é responsabilidade do município. Portanto, visto pela ótica municipalista, quanto mais cedo o Estado se desobrigar da fiscalização do trânsito, mais efetivo terá para dedicar-se às questões da criminalidade. É bem verdade que essa passagem dos atores estaduais para os municipais deve ser estudada, planejada e feita progressivamente, pois o trânsito no Brasil, traz uma das estatísticas mais perversas de mortes violentas, destacando-se mais que alguns conflitos de guerra..

Por muito tempo, ainda se verá o Estado fiscalizando trânsito nos municípios, quer devido a sua alta especialização, quer pela impotência de muitos municípios em estruturar seus serviços e arcar com todos os custos.

Mas, é no setor de perícias, nos levantamentos em locais de acidentes, que seria mais difícil para o município, dado ao investimento em equipamentos e treinamento de recursos humanos especializados.

Entretanto, nos grandes centros urbanos e na capital, é possível paulatinamente o Estado ir se retirando das atividades mais rotineiras enquanto o município as assume, permitindo assim o efetivo do Estado ser redirecionado para as atividades típicas de polícia, no controle do crime.

É importante salientar, que o modelo visualizado é em princípio o adotado pela cidade do Cabo de Santo Agostinho-PE , onde a atuação é conjunta, integrada e comunitária; cabendo a Polícia Militar, incentivar a criação de Conselhos Municipais de Segurança, como veículo que estimule à participação da sociedade na resolução de seus problemas, podendo ser por iniciativa desde o Comandante de Pelotão PM até ao Comandante do Batalhão de área responsável.

Em palestra proferida no VI Congresso Nacional de Guardas Municipais, no Rio de Janeiro , em 1995, o Presidente do Conselho Nacional de Guardas Municipais, Coronel PMRR Paulo César Amendola de Souza, explora o tema : “Pequenas Infrações - a grande missão”, e ilustra o campo de atuação para as Guardas municipais, definindo muito propriamente o campo das polícias e o campo das guardas municipais.

Por julgarmos oportuno, transcrevemos a idéia defendida pelo ilustre Coronel da PMERJ, em forma piramidal como se vê adiante:



Fif 13 - Pirâmide do campo de atuação Polícias x Guardas

8.2. ATRIBUIÇÕES DE CADA UM

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

DO ESTADO	DO MUNICÍPIO
Celebra convênios com municípios	Colabora nas ações de Segurança pública
Apoia com oficiais da Guarda Patrimonial por um período de um ano para chefiarem as Guardas Municipais	Providencia instalações físicas e mobiliário para a sede da GM
Recruta e seleciona pessoal através do CRESEP-PMPE	Contrata pessoal a compor as GM's
Treina pessoal da GM através do CFAP e/ou sua equipe volante	Arca com as despesas de treinamento de pessoal e investimentos no órgão de treinamento.
Normatiza e estabelece padrão de serviço	Adquire fardamento, armamento, equipamento e viatura para a GM
Destinação orçamentária de verba específica para custos do projeto	Destinação orçamentária de verba específica para custos do projeto

8.3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

METAS	1º Sem 99	2º Sem 99	1º Sem 2000	2º Sem 2000
--------------	------------------	------------------	--------------------	--------------------

Divulgação	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
Realização de Seminários	XXXXXXXX			
Celebração de Convênios	XXXXXXXX		XXXXXXXXXX	
Recrutar e Selecionar	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXXXX	
Treinamento de Pessoal	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
Implantação de Ações de Seg		XXXXXXXX		XXXXXXXX
Dotação de verba	XXXXXXXX		XXXXXXXXXX	
Aquisição de materiais	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXXXX	
Avaliação do Projeto		XXXXXXXX		XXXXXXXX

8.4. ESTRUTURA ORGANIZATIVA E DE GESTÃO DO PROJETO

A estrutura organizativa do projeto será a seguinte:

SUPERVISÃO: a cargo da DEIP (Órgão Central de Ensino da PMPE)

CONTROLE e EXECUÇÃO: a cargo do CFAP (Órgão formador da PMPE)

Nos casos de prefeituras distantes da capital, será deslocada uma equipe de instrutores do CFAP para a sede da Unidade ou Subunidade PM mais próxima. Nesses casos, uma parcela do investimento em infra-estrutura, será destinada a tal organização militar, como forma de apoio para os Núcleos de Instrução da PMPE.

Caso se tornarem freqüentes tais deslocamentos, face ao grande número de adesões de prefeituras distantes da capital, a equipe de instrutores ficará durante a sua execução, afastada de suas funções habituais e à disposição do CFAP enquanto durar a instrução.

Nos casos em que nas sedes de organizações militares, existam Oficiais ou Sargentos qualificados para o referido treinamento, estes serão orientados pelo CFAP e poderão compor equipes de instrução, o que facilitará a execução do referido projeto.

Poderíamos questionar "**Como desencadear isso tudo?**"

Inegavelmente há uma necessidade de sensibilizar prefeitos, líderes políticos, autoridades municipais e estaduais, para que o projeto possa ser adotado como iniciativa do atual governo e desencadeadas as ações conseqüentes. Sem isso, de nada

adiantará, até mesmo porque o que se pretende é um esforço massificado, e de iniciativas isoladas o Estado já é contemplado pelos exemplos a que nos referimos neste projeto.

Essa sensibilização ocorreria por ocasião de seminários organizados após contatos e divulgações, por regiões do Estado, que pudessem congregiar o maior número de participantes locais, a exemplo em Petrolina, em Arcoverde, e em Caruaru.

8.5. ESTIMATIVA DE CUSTOS

A visão aqui apresentada trata apenas de aspectos financeiros, mas não podemos desconsiderar vantagens e desvantagens fora desse campo de observação, que não serão tratadas neste estudo.

Poderíamos iniciar questionando "**quais as vantagens para o município aderir a tal investimento?**"

Uma das vantagens de inserção do município na questão do trânsito, está diretamente ligada a possibilidade de participação nas multas registradas pelos agentes de trânsito municipal (Guardas Municipais). Portanto, variável de acordo com o número de veículos em circulação no município e o número de infrações cometidas e registradas.

Em Itamaracá, a atuação conveniada com o DETRAN-PE possibilita àquela prefeitura, uma participação nas multas de competência do Estado de 22,5%, ficando 77,5% para o DETRAN. Já nas multas que são de competência do município, o recolhimento ao DETRAN se faz na ordem de 27,5%, enquanto fica para o município 72,5% das aplicações. (vide anexo)

É uma participação definida pelo convênio e que anteriormente à nova legislação de trânsito, o município não era considerado. Agora surge a possibilidade, mas é necessário investimento em pessoal treinado para tal mister.

E qual é a vantagem financeira para o Estado?

A idéia de segurança pública, infelizmente está ligada à idéia de aumento de efetivo policial. É uma questão de cultura de governo e das polícias no Brasil.

Visto por essa ótica, hoje a Polícia Militar necessitaria recompletar seu efetivo, para suprir um claro de Aproximadamente 3000 integrantes, de acordo com o previsto na legislação projetada na década passada.

Grosso modo, se esse efetivo representasse apenas acréscimo em soldados, implicaria no pagamento de cerca de R\$ 600,00 (seiscentos reais) a cada PM, sem falar em outras implicações com dependentes, sistema de saúde, treinamento, fardamento, etc. Ao final teríamos um custo mínimo, de 3000 x 600,00, que significaria um aumento na folha de pagamento de pessoal de R\$ 1.800.000,00 a cada mês; R\$ 21.600.000,00 a cada ano; R\$ 86.400.000,00 nos quatro anos de governo Jarbas; e se projetarmos os efeitos de trinta anos de serviço desses servidores, uma decisão dessas, implicaria numa repercussão de R\$ 648.000.000,00, considerando os valores expressos em Real, e custos fixos.

Há de se considerar que um dos maiores problemas atuais do Governo Jarbas, é resolver a situação salarial dos policiais.

Seria ingenuidade acreditar que, tanta disposição no primeiro mês de governo, renovação de ânimos, participação efetiva em grandes operações policiais, mudança de dirigentes, todo esse entusiasmo não esteja ligado à esperança de que a questão salarial seja resolvida.

Apostar no contrário é esperar que surjam desilusões, frustrações, e voltem à tona situações de manifestações de insatisfação salarial como a dois anos atrás. E não justifica dizer que hierarquia e disciplina militar sustenta uma tropa descontente de salários, esse filme já foi visto e seus efeitos também. A sociedade é quem leva a desvantagem.

Em suma! Não crescer o número de pessoas em uma frágil folha de pagamento de pessoal na Polícia Militar, já representa uma grande vantagem. Bastaria manter o efetivo da PM no número existente, fazendo as devidas reposições por evasão e reserva, ou até mesmo proceder a estudos para sua redução paulatina da substituição de atividades burocráticas e internas, que poderiam ser terceirizadas, mas isso é um outro projeto.

E o município poderia arcar com todos esses custos?

O município pratica outros valores. O salário de um Guarda Municipal está na base de um salário mínimo, é isso que vem sendo praticado nos concursos atuais pelas prefeituras, portanto os efeitos são outros.

Em quanto o município teria que investir em treinamento?

A base de cálculo que é praticada pelo CFAP em situações conveniadas é de R\$ 200,00 (duzentos reais) por cada homem treinado. Com esse valor é possível fazer pagamento de instrutores, adquirir material para funcionamento do curso e investir em na melhoria de infra-estrutura do órgão de ensino, com reflexos na melhoria do nível de ensino do CFAP.

Cada convênio define as obrigações de ambas as partes e em que será aplicado cada item. Exemplo de convênio pode ser visto em anexo, onde recentemente oferecemos os serviços do CFAP à Prefeitura do município de Jaboatão dos Guararapes.

8.6. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Um dos aspectos mais significativos apresentado na justificativa desse projeto, foi o de redução do clima de insegurança em todo o Estado.

É claro que a forma proposta trata de um processo, multiplicativo por adesão de cada município, assim sendo, é possível se conceber alguns indicativos e instrumentos que possam avaliar os efeitos pretendidos pelo presente projeto, tais sejam:

- a) Em cada situação conveniada, devem ser levantados dados referentes à criminalidade local, níveis de satisfação/ insatisfação da população em relação aos serviços de segurança pública existentes no município e outros fatores intervenientes. Em seguida, durante a execução do primeiro ano de atividades dos novos serviços, deve ser repetido o levantamento de novos dados e feito um estudo comparativo. Terá

efeito positivo para o projeto se os números referentes à criminalidade que foram monitorados inicialmente, tiverem decrescido, quando comparados ao mesmo período anterior. Igual modo, em relação ao nível de satisfação da população, sobre os serviços de segurança pública prestados, considerando-se que variáveis do serviço anterior não tenham sido suprimidas, ou seja, houve manutenção do serviço anterior.

- b) Outro indicativo, dar-se-á pelo número de ocorrências registradas pelo novo serviço, que demonstre um nível de atuação cada vez maior na prestação de serviços, desde atendimentos simples, envolvimento em serviços de auxílio às comunidades, até atuações no campo de segurança pública, que demonstrem que se não tivesse havido atendimento da Guarda Municipal, dificilmente o caso teria sido atendido pelo esquema de segurança anterior.
- c) Outro indicativo, diz respeito à infra-estrutura municipal, investimento em viaturas e equipamentos para a Guarda Municipal, que demonstre ser cada vez mais crescente desde a sua criação até um ano após o seu funcionamento.
- d) Também, no caso da Polícia Militar, um indicativo que pode ser aferido, é a melhoria da infra-estrutura, quer do CFAP, quer dos núcleos de instrução nas sedes das organizações militares, com sala para instrução, equipamentos e recursos para o ensino, que possam refletir numa melhoria na qualidade de instrução/ensino para policiais militares, decorrentes de tais investimentos oriundos desse projeto.
- e) O próprio aumento da arrecadação municipal enquanto receita proveniente de multas de trânsito também se constitui um indicativo da relação custo x benefício que pode ser aferida.

9. ASPECTOS CONCLUSIVOS

Voltamos ao início de nossa argumentação. Traça o programa de governo Jarbas, que seu objetivo principal é: "criar condições para a retomada de um processo de desenvolvimento econômico do Estado voltado para o EMPREGO, para a SEGURANÇA e para a MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO POVO PERNAMBUCANO". (grifo nosso).

Quando se questiona **como fazer isso ?** o mesmo documento responde:

“O primeiro passo para a retomada do desenvolvimento é a **mudança radical na forma como Pernambuco vem sendo governado**. Esta mudança implica em uma firme decisão política de implantar um modelo de gestão participativa, em *parceria com os municípios* (grifo nosso) e com todos os segmentos da sociedade”.

“... A perspectiva é trabalhar na direção de um *projeto estratégico* que coloque como prioridade a educação e a qualificação profissional e ações estruturadoras de médio e longo prazos para todas as regiões do Estado”.

Acreditamos que tudo isso seja verdade e que esse projeto se insere na filosofia e diretrizes do Governo de Mudanças para Pernambuco.

RICARDO AURELIANO DE BARROS CORREIA

Ten Cel PMPE

BIBLIOGRAFIA

- ANDER-EGG, Ezequiel & IDÁÑEZ, Maria José Aguilar. Como elaborar um projeto. 14.ed.rev.amp.Buenos Aires :Lumen-Hvmanitas, 1997.95p.
- DONNICI, Virgílio. Polícia, Guardiã da Sociedade ou parceira do crime? : um estudo de criminologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.76p.
- OSBORNE, David. Reinventando o Governo; como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 5.ed. Brasília: MH Comunicação, 1995. 436p.
- PERNAMBUCO JÁ. Programa de Governo para mudar Pernambuco. Recife: Movimento Pernambuco Já, 1999.112p.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. VI Congresso Nacional de Guardas Municipais. Rio de Janeiro: IC-Rio, 1995. 93p.
- PROJETO ÁRIDAS. Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995. 231p.
- REVISTA TIME. Criminal COPS. Latin American Edition. 24.Ago.1998. p14-20.

ANEXOS

- A - Trânsito em Itamaracá será municipalizado - DP 27 DEZ 98
- B - Polícia Interativa reduz violência do Cabo - Jornal do Comércio 24 NOV 98
- C - Guarda Civil Metropolitana de São Paulo - Uma Nova Polícia nas Ruas
- D - Campinas contra-ataca
- E - Quadro de atuação da GM de Santa Bárbara D'Oeste
- F - Guarda Municipal de Rio Claro
- G - Guarda Civil tem plano de carreira
- H - Guardas recebem brevês e certificados
- I - Demonstração de primeiros socorros - GM de Sta Bárbara D'Oeste
- J - GM atua em prisão de pai que violentou filhas
- K - Guardas civis proferem palestras para alunos
- L - Desfile cívico luta ruas da cidade
- M - Jobim quer municipalizar o sistema de segurança
- N- Guarda Municipal pode ser empregada no policiamento - Diário de Pernambuco
- O - Proposta de Emenda Constitucional encaminhada pelo Ministro Íris Resende em 1997.